

Comentário X

Rubens Ribeiro Gonçalves da Silva

Instituto de Ciência da Informação
da Universidade Federal da Bahia

Os acervos fotográficos públicos na era de sua difusão digital

O texto apresentado por Ricardo Mendes neste volume levanta questões que, embora não sendo essencialmente novas, mantêm relevância. Considerando a gama de interesses e objetos de investigação apontados no texto, optei por abordar aqui alguns dos aspectos pertinentes à digitalização de acervos fotográficos públicos e sua aplicabilidade na tessitura social, tendo em vista a preservação da memória visual, o fortalecimento da identidade e o acesso a um conteúdo informacional pleno de elementos para a ampliação do conhecimento em todos os níveis de formação educacional e cultural.

Em pesquisa realizada entre 16 instituições públicas (10 federais, cinco estaduais e uma municipal), procuramos investigar os reflexos sociais e institucionais da adoção de tecnologias de conversão digital de acervos fotográficos públicos e delinear um panorama público multiinstitucional em que foram reunidos dados que podem favorecer e facilitar a discussão de interesses, temas, procedimentos e produtos relacionados à digitalização de acervos fotográficos. Os dados técnicos reunidos, relativos a equipamentos existentes, constituição de equipes, variados aspectos dos contextos institucionais públicos e também características do público consulente e de suas demandas e interesses, podem responder a questões que muitas das instituições se colocam ao dar início a um projeto de digitalização¹.

Todos já sabemos que a disseminação de conteúdo digital via redes de comunicação vem trazendo em seu bojo mudanças de procedimentos no relacionamento com outras formas de cultura e erudição. Pioneiro, Walter Benjamin já havia enfatizado a grande capacidade que a reprodução técnica oferece em termos de preservação, em se tratando da Arte. Por outro lado, chamou a atenção para a necessidade de algum outro tipo de transmissão da memória que assegurasse sua disseminação no futuro não apenas como uma forma de representação, mas como experiência; não apenas como exibição de

1. Cf. SILVA, 2002; 2003. Ao todo, até setembro de 2004, 34 instituições e 16 profissionais solicitaram e receberam CDs do estudo com uma extensa bibliografia sobre digitalização de acervos fotográficos.

2. Cf. BENJAMIN, 1986; RIEUSSET-LEMARIÉ, 2000.

3. LÉVY, 1993, p. 188.

4. CANCLINI, 1987, p. 16-18.

5. SONTAG, 1981, p. 23.

trabalhos artísticos, mas como uma maneira de se estabelecer uma outra relação entre tempo e memória, “como uma força germinativa suprimindo metamorfoses e não apenas como imagens petrificadas de um passado morto”. Benjamin refletiu sobre o problema da subversão que a multiplicação das técnicas de reprodução introduzem na arte, provocando uma modificação profunda em que reproduções passam a se impor de forma tal que chegam a se tornar, elas próprias, formas originais de arte².

A criação de “hiperobjetos” a partir dos objetos originais implica, de fato, distorções da obra, imagens falsas, induzindo “a erros o público neófito”? A *Monalisa* de Leonardo da Vinci continua atraindo milhões de indivíduos à sua contemplação, não obstante a vulgarização de sua imagem difundida em versões dezenas de vezes mais ampliadas que a obra original, provocando surpresa aos que com ela se deparam pela primeira vez. Nem mesmo os bigodes que em 1919 Marcel Duchamp imprimiu com sucesso em sua versão dadaísta são capazes de “alterar” a obra original. O “ser de uma imagem” não existe intrinsecamente, sendo determinado em função do uso que se faz da imagem, das interpretações e dos sentidos dados a ela sucessiva e simultaneamente por múltiplas coalizões sociais:

Não são portanto a objetivação, a conexão mecânica entre a causa e o efeito, ou o desdobramento cego de um “sistema técnico” pretensamente *inumano* que melhor qualificam a técnica, mas sim a formigante atividade hermenêutica de inúmeros coletivos³.

De fato, por participar de tal forma na vida cotidiana, a fotografia acaba por exprimir desejos e necessidades das mais diversas camadas sociais, não podendo, de fato, ser entendida apenas como mais um processo de criação, já que é, sobretudo, um dos mais eficazes meios de influência em nosso comportamento e até no desenvolvimento de nossas idéias.

A fotografia realiza seu papel cognoscitivo a partir do momento em que é “capaz de perfurar as máscaras, aquilo que se apresenta imediatamente à experiência, e propor olhares não familiares sobre o mundo”, e com a condição de que se reconheça que “o sentido das fotos nunca está completo nelas mesmas, mas que se constitui e varia no processo de circulação social”⁴. É o processo de circulação social, variado, subjetivo, culturalmente específico, que preenche de sentido uma fotografia, a partir do grau de atração e provocação que exercerá sobre cada um de nós: “a onipresença da fotografia produz efeito incalculável sobre nossa sensibilidade ética”⁵. Fontes iconográficas, embora pareçam “inocentes”, em alguns casos, podem ser mais reveladoras que o discurso escrito ou oral, graças às significações que delas podemos extrair, já que são o *locus* privilegiado para que se desenvolva a observação e a compreensão da dialética que se manifesta entre as realidades materiais e a forma como as olhamos.

Ao operar-se uma transposição dessa formulação para a categoria dos acervos fotográficos públicos, levando-se em consideração as possibilidades oferecidas pela tecnologia, a eficácia institucional passaria a estar associada à disponibilização digital remota de seus acervos para um amplo segmento da

sociedade, maximizando sua utilização e satisfazendo as necessidades e demandas da sociedade numa era de conteúdos informacionais binários, além de possibilitar um re-conhecimento da própria sociedade em que vivemos.

A opção das instituições pelos usuários prioriza efetivamente a liberação de conteúdos informacionais com acesso ampliado para além dos limites da instituição, tornando-se parte das coleções acessíveis na *world wide web*. No entanto, serão fundamentais, para um tratamento arquivístico, a identificação, a autenticação e a preservação da integridade dos registros disponibilizados na Internet, de forma que mantenham seu "conteúdo e forma originais". Qualquer ausência ou inadequação no processamento da representação da informação (na sua manutenção) pode provocar a inacessibilidade ao conteúdo. Aprender a selecionar adequadamente entre as técnicas de produção de cópias é um aspecto essencial no treinamento de arquivistas, bibliotecários e curadores voltados às questões do acesso e da preservação. A opção pelo procedimento adequado deve basear-se na permanência, no custo, no tempo, na qualidade e no uso da cópia pretendida. Além disso, a representação digital da informação traz à tona questões éticas, legais e sociais e ainda as difíceis questões da propriedade intelectual, da proteção da confidencialidade e da privacidade. A seleção das imagens que serão convertidas é etapa importante desse complexo processo de tomada de decisões, que será contínuo. O grande número de itens obriga a uma decisão cuidadosa sobre o que digitalizar, baseada num profundo conhecimento acerca da natureza da coleção – e não do conteúdo pictorial das imagens – e no compromisso ético de contemplar as demandas e expectativas de um novo público, pois há o aspecto cultural que envolve o acesso a acervos fotográficos públicos. Uma versão digital modifica esse envolvimento, alterando em muito o uso do conteúdo desses acervos e sua própria característica intrínseca de valor simbólico, já que novos tipos de leituras e escritas coletivas tornam-se possíveis. É natural que a implementação de novos canais de distribuição de substitutos visuais para as fotografias depositadas em arquivos, museus e bibliotecas acarrete efeitos significativos à própria coleção e a seu uso.

Há a exigência de um esforço enorme para a organização dos grandes estoques de conteúdos informacionais do futuro, de forma a tornar viáveis usos mais adequados. Pode acontecer de aspectos ideológicos do processo informacional se exacerbarem, determinando rumos e governando os âmbitos institucionais. Já se observou que a dicotomia existente em princípios tão arraigados na ideologia profissional vigente dos chamados especialistas da informação – tais como geral/particular, centralizado/descentralizado, coordenado/autônomo, normalizado/não normalizado, livre acesso/acesso controlado – será questionada em função de uma mudança de paradigma que transforma conteúdos informacionais em algo abstrato, independente do suporte e exige diferentes abordagens teórico-metodológicas e novas práticas e tecnologias de ciclo de vida e reformatação.

Há, ainda, a necessidade de uma permanente atenção às questões relacionadas a recursos e fundos para a realização de ajustes institucionais, já que as bibliotecas e arquivos terão de suportar, nesse período de transição, dois

sistemas diferentes, o tradicional e o digital, cujos requisitos conflitantes, despesas e modificações necessárias poderão de fato ser difíceis de conduzir. A participação da equipe envolvida nos projetos será fundamental para o sucesso do empreendimento. Para isso, serão necessários investimentos que possibilitem a aquisição de um elevado nível de competência técnica e de experiência que permitam o desenvolvimento de projetos e a execução das novas iniciativas a serem incorporadas. O treinamento e o crescimento profissional, por si só, já atuam favoravelmente entre os técnicos como um verdadeiro incentivo à participação e, seguramente, constituem parte dos custos da institucionalização da preservação digital, que urge e deverá prever o estabelecimento de novas responsabilidades para os membros da equipe⁶. Quanto a esse aspecto, merecem destaque, aqui, o Centro de Memória e Documentação da Fundação Casa de Rui Barbosa que ao longo do ano de 2003 promoveu a elaboração de projeto de criação de um núcleo de digitalização de documentos, focalizando prioritariamente o nivelamento técnico da equipe por meio de participação em curso orientado à tomada de decisões em atividades de digitalização, e a Divisão de Informação e Prospecção Tecnológicas do Instituto Nacional de Tecnologia, que, desde agosto de 2004, com o apoio do CNPq, desenvolve um projeto de digitalização de documentos em texto impresso, no qual priorizou-se a atualização técnica da equipe. É importante, ainda, mencionar o trabalho realizado pelo Centro de Pesquisa e Documentação em História Contemporânea do Brasil (CPDOC), da Fundação Getúlio Vargas, que vem investigando as complexas questões trazidas pelo universo digital aos acervos de documentos sonoros (fitas magnéticas em cassetes e rolos, discos de vinil) e audiovisuais (VHS, Betamax), estes sim, suportes que ainda necessitam de muita investigação, investimento, experimentação e relatos técnicos associados à conversão digital.

Os aspectos aqui abordados e a análise de sítios *web* contribuíram para a elaboração de um modelo, apresentado na pesquisa já mencionada, cujo objetivo é reunir, organizar e disponibilizar versões digitais de imagens constituintes do acervo público para inseri-las efetivamente no processo informacional. Os resultados da investigação e a especificidade dos acervos fotográficos reforçam a convicção de que as decisões e procedimentos adotados na sua conversão e disseminação devem sempre considerar a potencialidade da fotografia como portadora de um conhecimento e manter presente a idéia de que ao promovermos o acesso digital, criamos instrumentos que podem ampliar as possibilidades de desenvolvimento e expansão da consciência do indivíduo.